

MEMÓRIAS DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLI

**Tendências gerais da cultura
portuguesa
Séculos XIX e XX**

GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2020

Tendências gerais da cultura portuguesa Séculos XIX e XX

GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

O século xx português é marcado culturalmente por uma tensão complexa em que a herança do século xix se alia à aceleração histórica da última centúria. O Liberalismo, que nasceu entre nós por um impulso não exclusivamente europeu, confrontou-se com a tentação autocrática. Os ventos da Revolução Francesa chegaram-nos sob o signo contraditório das invasões e da Guerra Peninsular. Por um lado, a aliança britânica e a saída da Corte para o Brasil permitiram evitar a perda da independência; por outro, a subalternização portuguesa tornou-se notória, criando um caldo de cultura favorável ao fortalecimento de uma corrente crítica. Deste modo, a boa razão pombalina, a insuportável irrelevância da elite económica da metrópole, a evolução espanhola, o francesismo, a exigência de um constitucionalismo liberal – tudo se associou no sentido de uma «regeneração» patriótica que foi levantada como bandeira no Porto em 1820, na sequência da restauração da Constituição espanhola de 1812.

Se é verdade que a velha Albion deixava o Portugal europeu na penumbra, havia a ideia, no Rio, de que a parte americana do Reino intercontinental garantiria para este a independência e o poder. No entanto, o berço da monarquia ficaria no «*humilde, injurioso e incómodo estado de colónia*» (na expressão de Rocha Loureiro). Manuel Fernandes Tomás, Silva Carvalho e Ferreira Borges lançaram, por isso, o movimento que culminaria na Revolução de 1820. No entanto, a união com o Brasil era posta em causa. O poder real ter-se-ia de dividir, uma vez que seria impossível acudir aos diversos interesses em presença. A Constituição de 1822 consagraria, porém, um sistema com fragilidades evidentes – a ausência do direito de sanção real, a não previsão de uma Câmara de Pares, além de não terem sido aceites as principais reivindicações dos deputados brasileiros. Afinal, o regresso às pressas do Rei fora insuficiente para pressionar um compromisso. De qualquer modo, abriu-se um novo tempo político que careceria de um longo período de ajustamento, que duraria cerca de trinta anos, com pelo menos dois

períodos relativamente longos de guerra civil. Absolutismo *versus* constitucionalismo, cartismo *versus* poder constituinte, o país urbano contradizia o país rural, a aristocracia velha desconfiava dos novos letrados e comerciantes. Em pano de fundo, as revoluções ibéricas eram marcadas pelo intervencionismo militar – golpes e contragolpes, pronunciamentos...

Em 1822, o inevitável ocorre – o Brasil declara-se independente pela voz do Príncipe D. Pedro. Em 1823, a Constituição é suspensa, enquanto grassa vivo descontentamento: o comércio externo declina, os recursos públicos definham, a separação do Brasil desorganiza a economia. Os anos subsequentes levarão à influência crescente dos realistas. D. João VI morre em condições não esclarecidas, D. Pedro outorga a Carta Constitucional, o que não impede que D. Miguel restaure a ordem antiga. José Acúrsio das Neves, Frei Fortunato de S. Boaventura e José Agostinho de Macedo tornam-se os porta-vozes da nova ideologia oficial.

Para Garrett, a Carta *«não foi outra coisa senão um pacto de concórdia celebrado pelo soberano entre os dois partidos»*. Mas os realistas não o aceitaram. A história subsequente é conhecida – D. Miguel toma conta da situação, sem possuir, no entanto, força suficiente (designadamente militar) para poder fazer compromissos. D. Pedro vem para a Europa, obtém um pequeno apoio financeiro do Brasil, uma base territorial na ilha Terceira, nos Açores e, depois do desembarque dito do Mindelo, condições para dominar progressivamente o território do Reino, a partir do Porto, com larga margem de manobra no mar, o que permitirá ao futuro Duque da Terceira ir do Algarve até Lisboa, onde chegaria a 24 de Julho de 1833 – com Palmela a dizer que se fartou de encontrar casacas viradas. Entretanto, o contexto internacional mudara, tornando possível a Quádrupla Aliança, assinada em Londres (22.03.1834), com Inglaterra, França e Espanha, que abria caminho à Convenção de Évora Monte. Garrett e Herculano tornaram-se os símbolos culturais deste tempo, ao lado de Mouzinho da Silveira. E *As Viagens na Minha Terra* representam a leitura crítica de um momento em que as ilusões idealistas entravam em choque com a realidade nua e crua: *«Ficou o materialismo estúpido, alvar, ignorante, devasso e desfaçado a fazer gala da sua hedionda nudez cínica no meio das ruínas profanadas de tudo o que elevava o espírito»*.

1836, 1842, 1846-47, 1851 são datas que representam os avanços e os recuos do compromisso. A Revolução de Setembro pretendeu superar as fragilidades da Constituição de 1822 e da Carta de 1826, o golpe de Costa Cabral, a Maria da

Fonte e a Patuleia representaram a perplexidade do país real. E Herculano tinha razão quando dizia que a vitória de 1834 provocou a «*única revolução social por que o nosso país tem passado desde o século XV*». Os decretos de Mouzinho, escritos por Garrett, puseram fim à ordem antiga, mas a adaptação dos povos foi lenta. Júlio Dinis retrata magistralmente em *A Morgadinha dos Canaviais* essa acomodação. E Camilo descreve as feridas que se abrem e que saram melhor ou pior. Nos anos sessenta, os jovens de Coimbra, capitaneados por Antero de Quental, demonstraram que o País queria viver ao ritmo da Europa, através da consciência civil e não da soldadesca. Só a acalmação regeneradora permitiu um tal movimento profundo e pacífico. E quando, em 1871, as Conferências Democráticas se interrogaram sobre as causas da decadência dos povos peninsulares ou sobre os novos caminhos da literatura fizeram-no para recusar a condenação ao atraso, à distância e à mediocridade. A proibição de Ávila e Bolama foi um acto excêntrico e anômalo que deu palco à novíssima geração e deixou claro que o velho Herculano, cidadão livre, estava ao lado dos inconformistas, ainda que não concordasse com o que diziam.

Mais do que uma escola literária, o que estava em causa era uma atitude, a de propor a reforma de Portugal, no sentido do que seria uma «Vida Nova», na política, na economia e na sociedade, com recusa de fatalismos, providencialismos e indiferenças. E quando Antero de Quental assumiu a presidência da Liga Patriótica do Norte, reagindo contra a humilhação do *Ultimatum* inglês, num sobressalto cívico por todos sentido, o seu gesto projectou-se para além da circunstância. Também o 31 de Janeiro se tornaria, mais do que o insucesso militar ou que a inconsistência táctica, uma referência. Sampaio Bruno e Basílio Teles tornaram-se epicentros de uma inesperada e profunda renovação cultural, que viria, anos passados, a ser representada por *A Águia* e pela *Renascença Portuguesa*, marcando o século xx, muito para lá da Primeira República. E em poucos momentos como esse foi possível encontrar uma tão influente placa giratória intelectual – envolvendo Pascoaes, Leonardo, Cortesão e Fernando Pessoa...

A *Renascença Portuguesa* constitui um exemplo de como o republicanismo teve diversas leituras e exerceu uma influência multifacetada na evolução do século xx português.

Recorde-se que no dealbar do movimento (em 1911), Teixeira de Pascoaes e Raul Proença apresentaram dois projectos de manifesto que, sendo bastante

diferentes, representam aos olhos de hoje uma imagem significativa do que foi originalmente o projecto da *Renascença*. «O fim da “*Renascença Lusitana*” – escrevia Pascoaes – *é combater as influências contrárias ao nosso carácter étnico, inimigas da nossa autonomia espiritual, e provocar, por todos os meios de que se serve a inteligência humana, o aparecimento de novas forças morais orientadoras e educadoras do povo que sejam essencialmente lusitanas*». Proença, por seu lado, falava «*em pôr a sociedade portuguesa em contacto com o mundo moderno, fazê-la interessar-se pelo que interessa aos homens lá de fora, dar-lhe o espírito actual, a cultura actual, sem perder nunca de vista, já se sabe, o ponto de vista nacional e as condições, os recursos e os fins nacionais*». Como salientou José Augusto Seabra: «*o ideal patriótico é idêntico, apenas os meios de o atingir divergem, embora sejam afinal complementares, como Pascoaes, aliás, n’A Águia, intentará mostrar*».

Ambos se demarcam do positivismo ou de lógicas partidárias redutoras, estando em causa o que Jaime Cortesão propunha: «*dar conteúdo renovador e fecundo à revolução republicana*». Como dirá Pascoaes, havia que «*criar um novo Portugal, ou melhor, ressuscitar a Pátria Portuguesa, arrancá-la do túmulo, onde a sepultaram alguns séculos de escuridade física e moral, em que os corpos definharam e as almas amorteceram*». As palavras *Renascença* e *Regeneração* são usadas no Portugal moderno de influência liberal, pelo menos desde 1820. «*Renascer é regressar às fontes originárias da vida, mas para criar uma nova vida*» (na expressão ainda do homem de Gatão).

Vêm à memória os sinais renovadores provindos do Porto – 1820, o cerco, o impulso de D. Pedro após o desembarque dos bravos do Mindelo (onde estiveram Garrett, Herculano e o pai de Antero de Quental...), a influência portuense do Setembrismo (em que pontificaram os irmãos Passos), a guerra civil, a Maria da Fonte e a Patuleia, a *Regeneração* de 1851, o movimento da «*Vida Nova*» (1885), o magistério de Rodrigues de Freitas, a presidência de Antero de Quental na Liga Patriótica do Norte, o 31 de Janeiro, o manifesto dos emigrados políticos encimado por Alves da Veiga, o «*Porto Culto*» de Sampaio Bruno...

Nos antecedentes próximos do 5 de Outubro de 1910 temos, assim, factores políticos (o *Ultimatum*, o 31 de Janeiro, os adiantamentos à Casa Real, a ditadura de João Franco), económicos (a perda de confiança, as imposições dos credores externos, a desorganização), financeiros públicos (o peso da dívida, a bancarrota de 1891, a falta de receitas fiscais estáveis), constitucionais (o esgotamento do

rotativismo regenerador, a degradação do sistema partidário), educativos (a taxa de analfabetismo próxima dos 80%, a insuficiente cobertura escolar, o mal estar académico de 1907), culturais (o ambiente urbano favorável ao republicanismo, Junqueiro, temível propagandista), e sociais em sentido amplo (tensões cidade/campo, falta de industrialização, ausência de política social).

* * *

Os republicanismos e as suas raízes são, assim, múltiplos. A partir de uma tradição forte, a *Renascença* e a revista *A Águia*, cuja 1.^a série, dirigida por Álvaro Pinto, foi iniciada em 1 de Dezembro de 1910 (numa especial celebração), procuraram um pluralismo eclético e aberto, apesar do apego de Pascoaes à saudade, não como referência passadista, mas «*no sentido profundo, verdadeiro, essencial, isto é, o sentimento ideia, a emoção refletida, onde tudo o que existe, corpo e alma, dor e alegria, amor e desejo, terra e céu, atinge a sua unidade divina*». Na *Renascença* estão Guerra Junqueiro, Antero de Figueiredo, António Carneiro, Leonardo Coimbra, mas também Afonso Lopes Vieira, António Correia de Oliveira, António Sérgio, Raul Proença, João de Barros, Mário Beirão, Câmara Reis e Afonso Duarte, além de Fernando Pessoa e Mário de Sá Carneiro. Mas na origem estão Álvaro Pinto e Jaime Cortesão (vindos da *Nova Silva*, de inspiração anarquista, onde também pontificava Leonardo Coimbra), tendo o segundo chamado a Pinto «*coluna vertebral do movimento*». Compreende-se, pela diversidade de intervenientes, que a «*Renascença Portuguesa*» tenha sofrido diversos sobressaltos – no entanto, olhando o impulso inicial, depressa descobrimos que, como movimento original, representa a origem do que de mais significativo encontramos na cultura portuguesa do século xx – de Pascoaes a Leonardo, de Cortesão a Pessoa, do simbolismo ao modernismo, do lirismo ao racionalismo. Afinal, como dizia Raul Proença, havia necessidade de «*homens de inteligência e de direcção espiritual*», para dar dimensão à nova República. E Cortesão frisava: «*a Renascença Portuguesa não era incompatível com as aspirações modernas*».

Leia-se *A Vida Portuguesa*, quinzenário do movimento, e veja-se que a preocupação fundamental é futurante: «*resgatar a nacionalidade dos erros em que o desleixo e a incompetência dos políticos a lançaram*». Cortesão é cortante em relação àqueles que se esqueciam das suas responsabilidades: «*quase todos eles, nas suas*

ideias e projectos, têm um vago ar de filhos de pais incógnitos, um pouco esquecidos de que são portugueses». E Leonardo Coimbra dizia ser fundamental «*dar uma finalidade à vida nacional*», lembrando Cortesão (na senda de *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*, considerando que o Porto foi a nossa única cidade Estado) que o berço da Renascença é o Porto: «*foi, na verdade, pelas suas origens, carácter e tendências, um movimento portuense*». Leiam-se os textos de *A Águia*, em 1910 ou em 1912, e note-se a prevalência da elevação das ideias, o respeito mútuo e a serenidade da razão e do sentimento (como, por exemplo, no número 2, na invocação de Tolstoi), contra a cegueira sectária. Estamos, de facto, perante uma fecunda convergência, desde uma perspectiva espiritualista, representada por Pascoaes (e depois por Leonardo) até à razão cosmopolita de Sérgio e Proença, passando pelo modernismo e pelo futurismo de Pessoa, Sá-Carneiro e Almada ou pelo humanismo universalista – capaz de tentar explicar a complexidade de quem somos. Nota-se a herança de Herculano e Garrett, a vontade nacional e a tradição romântica, mas também o sentido renovador e revolucionário de Antero, Eça, Oliveira Martins e Junqueiro e da Geração de Setenta, além do positivismo, do pensamento libertário e do socialismo cooperativo.

Se falámos de projectos, verifiquemos que as realizações republicanas são fortemente condicionadas por factores complexos. No plano político, à ideia de regeneração da Pátria sucedeu instabilidade (dos partidos, dos governos, do regime, com emergência do sidonismo na conjuntura de guerra e regresso da nova República velha). No campo económico, em lugar da fixação da riqueza e da produção, houve os efeitos da Grande Guerra com inflação galopante e crise monetária. Nas finanças públicas, houve dois exercícios superavitários com Afonso Costa, mas persistiu a falta de receitas tributárias estáveis que a reforma fiscal de 1922 não resolveu, merecendo destaque a política de saneamento monetário de Álvaro de Castro. Quanto à Constituição, o parlamentarismo e a subalternidade da figura do Presidente da República geraram instabilidade (interrompida por Sidónio Pais). Na educação, houve muitas expectativas positivas, nas reformas de António José de Almeida (1911), de Leonardo Coimbra (1919) e de João Camoesas (1923) que, apesar de não terem efeitos imediatos na frequência escolar, definiram orientações positivas na valorização da qualidade do ensino. Na cultura, o cosmopolitismo e a abertura afirmaram-se, a exemplo da «Renascença Portuguesa» e das suas influências. No campo social, em sentido

amplo, houve desvalorização dos movimentos sindicais e dos corpos intermédios, bem como uma perda na participação dos cidadãos, além de não ter havido condições para superar durável e positivamente a grave questão religiosa...

Hoje, ao contrapormos projectos e realizações da República, sentimos na «Renascença Portuguesa» o fenómeno político e cultural, muito para além das correntes dominantes do Partido Republicano Português. As visões reformista, evolucionista, legalista, e revolucionária; o positivismo e as novas perspectivas filosóficas e científicas tiveram repercussões e produziram alertas, que se projectaram até à República de 25 de Abril de 1974, num sentido aberto, plural e democrático. Eis o que importa considerar.

Leia-se atentamente o texto de Fernando Pessoa em *A Águia* sobre «A Nova Poesia Portuguesa» (publicado em Abril e Novembro de 1912) onde é feito o contraponto do Renascimento e do Romantismo – entre o espiritualismo como «*sistema que tem o seu centro de realidade na consciência*», uma vez que um «*espiritualista é um homem que dá atenção superiormente à vida interior e inferiormente à vida exterior*». No entanto, o que Fernando Pessoa deseja é realçar a «*poesia transcendentalista*» que nos revela que «*estamos em Portugal e em plena descrição da poesia de Antero. Concluímos, pois, que especiais condições de raça fazem do sentimento transcendentalista apanágio de Portugal. Se o transcendentalismo sob forma de emoção começou entre nós, entre nós deve continuar. Vejamos, pois, se a sua forma mais alta e complexa, o transcendentalismo panteísta foi acaso atingida já*».

Pessoa converge com as preocupações de Pascoaes. Mas dá razão indirectamente a António Sérgio quando este diz a Álvaro Pinto: «*As acusações que faço à Águia são as seguintes: o exclusivismo de igreja, a inconsistência e a autolatria pascoalesca e o elogio mútuo*» (1912). Assim, temos a demarcação do saudosismo, a componente nacional (que em Sérgio segue Herculano e a Geração 70), mas há uma preocupação fundamental manifestada em 1914: «*Estou de acordo com os meus consócios nesta tese geral: cumpre que nos dediquemos a educar o povo; mas discordo da determinação das qualidades que é preciso inculcar no nosso povo*». Discorda Sérgio da educação nacionalizante, segundo as antigas regras da raça. Por isso mesmo Sérgio avança com a ideia de uma Biblioteca de Educação e das Antologias Pedagógicas.

Mas há um enigma que importa tentar desvendar – e ele chama-se Pessoa. Adolfo Coelho nunca o compreendeu. Sérgio desconfiou sempre. Mas passado

o tempo, verificamos que esse é o vector mais complexo, que obriga a ver a *Renas-
cença* como uma placa giratória de modernidades. Fernando Pessoa representa o
seu tempo de um modo singularíssimo, ligando a leitura do universo à circuns-
tância de ser português – esse curioso casamento entre a história de um povo que
o escritor procura interpretar e uma reflexão cosmopolita e universalista, que
assume com todas as consequências, é uma característica única, que torna fasci-
nante a leitura de uma obra caleidoscópica, que não pode ater-se a uma cultura
particular. Contudo, sem ser redutora, a percepção da identidade própria é feita à
luz de uma consciência universalista. Como disse Eduardo Lourenço no fecho
do seu imprescindível *Pessoa revisitado*, o poeta «*foi uma espécie de aparição fulgu-
rante descida das brumas culturais alheias ao nosso desterro azul, para nele inscrever em
portuguesa língua o mais insubornável poema jamais erguido à condição exilada dos
homens na sua própria pátria, o universo inteiro*». Assim se podem entender os para-
doxos e as contradições que tantas vezes encontramos e que mais não são do que
a aceitação de que uma cultura é sempre complexa e heterogénea, abarcando
elementos diversos. Estamos perante a imperfeição de que fala Lourenço, que
exige sempre a abordagem de diversos caminhos, sobretudo evidente numa cul-
tura como a portuguesa, nascida originalmente numa finisterra de múltiplas
presenças e depois espalhada pelo mundo como cultura de várias línguas e língua
de várias culturas. A relação entre o ortónimo pessoano e os principais heteróni-
mos (Caeiro, Reis, Campos e Soares) corresponde, assim, a uma curiosa repre-
sentação da pluralidade do universo.

A modernidade de Pessoa tem, no fundo, a ver com essa projecção, que nos
leva ambiguamente ao conceito de Quinto Império – incompreensível sem refe-
rência a Vieira, o imperador da língua portuguesa, e sem ligação à espiritualidade
da comunicação. Em vez de um projecto de domínio temporal, estamos diante
da exigência de um diálogo, em busca da diferença. No entanto, o diálogo obriga
a que cada um e cada cultura se afirmem tal como são, sem a tentação de se dis-
solverem mutuamente. Por isso mesmo Caeiro, Campos ou Reis são profunda-
mente diferentes, e Fernando Pessoa, ele mesmo, tem uma perspectiva própria e
diferente sobre a vida e o mundo.

«Desejo ser um criador de mitos, que é o mistério mais alto que pode obrar alguém da humanidade» – afirmou Pessoa. E António Quadros disse que «*mais perto andaremos do pensamento de Fernando Pessoa*» se virmos os heróis da *Mensagem* como «protagonistas de um macromito, com seus símbolos e cifras, o mito do Regresso ao Paraíso, dentro do qual se desenvolvem os micromitos de um Portugal – eleito de Deus, em ação profunda no duplo plano do ideal cavaleiresco e do inconsciente coletivo nacional...». Ora, os mitos permitem interrogar as raízes e o desenvolvimento de uma identidade, e essa abordagem crítica abre as portas para a superação de uma mera lógica defensiva ou retrospectiva. Nesse sentido, compreende-se que os amigos presencistas de Pessoa tenham lamentado a publicação da *Mensagem* antes do outro manancial poético do autor. O poeta não deixou de concordar junto de Adolfo Casais Monteiro, mas preferiu falar de um momento crítico de «*modelação do subconsciente nacional*». Mas será Eduardo Lourenço, ainda ele, quem melhor articulará a necessidade crítica da consideração dos mitos pessoanos com a interrogação de Antero de Quental sobre «As causas da decadência dos povos peninsulares», com a obrigação crítica da geração de 1870 e em especial de Oliveira Martins, com a vontade de renascimento de *A Águia* e com o ensaísmo seareiro. A heterodoxia do autor de *O Labirinto da Saudade* tem a ver, afinal, com a recusa das escolas dominantes ou dos grupos instalados, mas sobretudo pretende obter liberdade para seguir a necessidade crítica não acomodada à lógica positivista – de modo a partir dos mitos, a fim de poder compreender a sociedade e a cultura na riqueza das suas idiossincrasias. Onde Pascoaes é retrospectivo, Pessoa torna-se prospectivo. Mas é a atitude heterodoxa de Lourenço que permite integrar a atitude pedagógica de Sérgio. A crítica é a «broca da análise».

Afinal, Pessoa dissera sobre *Orpheu* a Cortes-Rodrigues que tinha como objetivo «*agir sobre o psiquismo nacional*», trabalhando-o por «*novas correntes de ideias e emoções*», sendo uma espécie de «*ponte por onde a nossa Alma passa para o futuro*». Eis por que motivo qualquer leitura superficial ou unívoca da obra pessoana pode conduzir num sentido redutor e incapaz de a compreender. Alberto Caeiro, o mestre, assume o panteísmo naturalista. Diz Campos: «*O meu mestre Caeiro não era um pagão: era o paganismo*». «*Passa a árvore e fica dispersa pela Natureza. / Murcha a flor e o seu pó dura sempre. / Corre o rio e entra no mar e a sua água é sempre a que foi sua. / Passo e fico, como o Universo*». Ricardo Reis afirma a nostalgia dos deuses gregos e romanos, Álvaro de Campos é o cantor da civilização mais moderna.

Fernando Pessoa procura transcender, reunir, completar (*«seria um pagão, se não fosse um novelo embrulhado para o lado de dentro»*). Segundo Quadros trata-se de uma catarse, pela qual podemos, a um tempo, encontrar o poeta em toda a sua riqueza interior multifacetada, bem como entendê-lo em toda a sua capacidade de se revelar numa ascese emancipadora. Anselmo Borges fala do *«seu balancear constante, triturante, paradoxal e contraditório entre a Presença e a Ausência»*. É a maior audácia de Pessoa relativamente a Pascoaes que conduz ao *Orpheu*.

Há um pequeno texto de Fernando Pessoa, em *Sobre Portugal*, que trata do provincianismo. Muitas vezes tem sido referido e citado, talvez como um juízo definitivo, que não é. Do que se trata é da definição de uma atitude crítica contrária do conformismo. *«O provincianismo consiste em pertencer a uma civilização sem tomar parte no desenvolvimento superior dela – em segui-la pois mimeticamente, com uma subordinação inconsciente e feliz. A síndrome provinciana compreende, pelo menos, três sintomas flagrantes: o entusiasmo e a admiração pelo progresso e pela modernidade; e, na esfera mental superior, a incapacidade da ironia»*. O poeta pensa na necessidade de haver escóis, de haver uma aristocracia comportamental, de se cultivar a abertura e o cosmopolitismo, de superar uma tripla camada de negativismo: a decadência, a desnacionalização e a degenerescência. Não importará tanto ver circunstancialmente o que significa cada uma destas preocupações. A ilusão do progresso ilimitado, a tentação de não cuidar do futuro, o fatalismo e a indiferença – tudo isso está em causa. E o certo é que a ironia ganha uma especial importância. É fundamental sermos capazes de nos vermos projetados no espelho da crítica. A poesia encarrega-se de perscrutar diversos caminhos. Mais do que encontrar soluções, que não cabem à arte, trata-se de iluminar e de ajudar a ver. Impõe-se, porém, cuidar do entendimento dos símbolos, o que obriga à consideração, segundo Pessoa, da simpatia, da intuição, da inteligência, da compreensão e do conhecimento transcendente. Tem o intérprete de sentir simpatia pelo símbolo. Tem de ser capaz de ver o que está para além dele. Tem de saber interpretá-lo. Tem de o entender. E tem de apreender o seu sentido e significado. Eis por que a criação cultural se torna fundamental, por contraponto às ilusões do provincianismo...

A Águia e a *Renascença* abriram caminhos diferentes. Cabe dizer, antes de mais, que entre todos os intervenientes (Pascoaes, Coimbra, Cortesão, Sérgio, Pessoa) há leituras e atitudes diversas – que permitem, porém, ler desde a interpretação providencial à visão racional. Contudo, há uma vontade de passar da regeneração

à renascença. E pode dizer-se que a vida cultural portuguesa do século xx vai ser animada por esta vontade. Só tardiamente Eduardo Lourenço vai-nos propor uma chave – ligando Antero e Pessoa e procurando ler os mitos à luz da crítica racional.

Não por acaso, António Sérgio vem propor a António Carneiro, através de Álvaro Pinto, que para a Biblioteca de Educação seja feita uma vinheta com as palavras «Trabalho» e «Autonomia» e com a epígrafe inspiradora de Herculano. A primeira obra a ser publicada como introdução poderia ser *A Carta aos eleitores de Sintra*. Afinal, mais importante do que a desconfiança relativamente a Pascoaes e a Pessoa era a procura de um instrumento educativo. *A Águia* publicou na secção «Notas e Comentários» os artigos notáveis que constituíram a *Educação Cívica* (Junho de 1914 a Novembro do mesmo ano). O livro é notável e sobre essa preocupação dirá Sérgio: «*Esclarecer o nosso pobre Zé Povinho, defender o seu pão e o seu sangue, e o dever dos que pegam numa pena; e não esguichar abstrações sobre a aça Latina, coisa que não existe. Defendamos o povo contra o Estado, os políticos, os traficantes e palradores de toda a espécie*».

* * *

Cem anos passados depois da criação de *A Águia*, emblematicamente nascida para aproveitar a renovação republicana – como se de uma nova regeneração se tratasse, à semelhança de 1820 e de 1851 – podemos dizer que a revista que, em 1912, se transformou em movimento, como «Renascença Portuguesa», foi muito mais do que um impulso generoso de renovação portuense, buscando as suas origens desde a invicta cidade-estado, da força renovadora liberal de D. Pedro, Garrett e Herculano, até à *Vida Nova*, ao republicanismo de Rodrigues de Freitas, à Junta Patriótica do Norte de Antero ou ao 31 de Janeiro e ao Manifesto dos refugiados. Todo esse manancial faz parte da renovação intelectual, que ultrapassa em muito as fronteiras partidárias ou de um grupo.

Quando se fala, por exemplo, de Leonardo Coimbra percebemos que há uma pulsão plural, que se manifesta sobremaneira no educador – para quem a cidadania exigia liberdade de espírito e capacidade criadora. Quando recordamos Pascoaes, temos perante nós o poeta intuitivo, sonhador e interrogador dos mitos. Quando lembramos Jaime Cortesão (talvez a grande sombra tutelar da

«Renascença»), percebemos que a poesia e a cidadania se juntam à capacidade de compreender a História – em nome do enigma que o autor de «Factores Democráticos na Formação de Portugal» procurou incessantemente no franciscanismo, na terceira idade de Joaquim de Flora, em nome da marca civilizacional de um «humanismo universalista». Quando chegamos a Fernando Pessoa e aos modernistas (Almada, Sá-Carneiro, Amadeo) percebemos que é o desassossego e o inconformismo que ocupam o palco do acontecimento. Quando sentimos o diálogo entre António Sérgio e Álvaro Pinto, percebemos que é a ligação entre a pedagogia cívica e a renovação política do governo nacional que estão na ordem do dia (daí a permanente referência ao exemplo de Herculano e à sua figura ética).

A Águia é toda uma intensa animação intelectual em que as raízes se encontram com a modernidade – que Eduardo Lourenço bem compreendeu ao falar para outro tempo na *Presença* e no seu papel fundamental (o que suscitou tantos equívocos, já que houve quem confundisse a apreciação literária com uma consideração política, em especial a propósito de José Régio). Passados os anos, podemos perceber que há muito *A Águia* deixou de poder ser (se alguma vez foi) uma referência ideológica, tantos e tão diversos foram aqueles que nela foram beber o leite materno. Na sua imagem tipicamente simbolista, que António Carneiro tornou uma marca, o certo é que estamos diante de um poderoso anúncio do heterogéneo e perturbador século xx, que permitiu Mário Cesariny considerar Pascoaes um seu precursor, do mesmo modo que ligamos Amarante a Amadeo e aos seus contemporâneos, na interpretação singularíssima e inesperada das marcas da identidade portuguesa. Só com os anos passados, Eduardo Lourenço em *Pessoa Revisitado* irá revelar aquilo que em Fernando Pessoa Adolfo Coelho nunca compreendeu (não entendendo os novos caminhos da criação), mas que o construtor de Álvaro de Campos muito bem entendeu no transcendentalismo moderno de Antero de Quental. Depois de tantas descobertas na arca pessoana, em suma, é tempo de reler *A Águia* e de perceber os múltiplos caminhos que dela emanam, os quais na sua diversidade permitirão compreender melhor o século xx português, e o fascínio que vai produzindo nos jovens leitores do mundo, muito para além do mistério do discípulo dileto de Alberto Caeiro...